

A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO PARA COMPREENDER A REINSTITUCIONALIZAÇÃO DO IDOSO EM UMA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO DE CASO¹

Elimara de Oliveira Costa²
Amelia Carla Sobrinho Bifano³

Introdução

O presente artigo trata-se de um estudo de caso cujo objetivo foi compreender, por meio das ferramentas do aporte teórico da Análise Institucional proposto por Baremblytt (2002), algumas questões relacionadas ao processo de reinstitucionalização⁴ de idosos no âmbito familiar dos filhos.

Para a realização do estudo, acompanhou-se por meio de visitas, uma família multigeracional⁵ contemporânea, em um de seus segmentos, a geração intermediária⁶. Como procedimentos foram utilizados o relato tipo jornalístico e a observação. O relato tipo

¹ Trabalho financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq

² Mestranda em Economia Doméstica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa/ UFV. E-mail: elimara.costa@ufv.br

³ Doutora em Engenharia de Produção, Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa/ UFV. E-mail: abifano@ufv.br

⁴ Entende-se por reinstitucionalização a incorporação pelos longevos de valores, normas e práticas, na qual é submetida cotidianamente. Dessa forma ocorre o estabelecimento de forças instituídas no espaço doméstico.

⁵ Multigeracional é compreendida neste estudo como famílias compostas por diferentes gerações. (MOTTA, 2010)

⁶ Trata-se de indivíduos responsáveis pelo cuidado para com os pais, que possuem idades em torno de 50 e 60 anos (BARROS, 2008).

jornalístico teve por objetivo entender quem é a família, suas atividades cotidianas, bem como identificar a disposição física da residência ao promover descrições fiéis ao que foi observado (GUÉRIN *et al.*, 2001). Já a observação foi empregada com o intuito de utilizar os sentidos na captação de determinados aspectos da realidade (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Para os institucionalistas a sociedade deve ser vista como um "tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens" (BAREMBLITT, 1996, p.29 *apud* PEREIRA, 2000). Tendo como base esse princípio, pressupõe-se que a instituição família é guiada, sobretudo, para a produção e a reprodução de ideologias advindas de outras instituições, por exemplo, o Estado e a religião. Desde criança, aprende-se que é dever da família responsabilizar-se pelo cuidado para com seus idosos. Todavia é necessário nos aprofundarmos nas questões relacionadas em como se dá este cuidado, abordando as percepções da família e a do próprio idoso.

Segundo a Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, a família, a sociedade, a comunidade e o poder público são obrigados a assegurar ao idoso, de modo prioritário, a efetivação de seus direitos, no âmbito particular e privado (BRASIL, 2003).

De acordo com Fontenelle (2010) segundo dados do IBGE, três em cada quatro idosos possuem alguma doença crônica, ou seja, uma doença de curso arrastado, sendo que, boa parte delas são incuráveis. Fontenelle ressalta que as dez principais doenças que acometem os idosos brasileiros são: infarto; acidente vascular cerebral; diabetes mellitus; enfisema pulmonar e bronquite crônica; alzheimer e outras demências; perda de audição; doença cardíaca hipertensiva; pneumonia; osteoartrose e catarata. Pressupõe-se que essas doenças contribuem para o comprometimento da autonomia do sujeito idoso.

Este estudo adota o conceito de autonomia proposto por Amaral Junior (2013), onde agir de forma autônoma significa:

[...] um sujeito capaz de, em uma dada situação, fazer suas próprias escolhas, planejando, avaliando e executando suas ações sem depender negativamente de outros sujeitos, conforme o código de valores, normas e condutas vigentes em dado momento histórico e social em que este sujeito está inserido (AMARAL JUNIOR, 2013, p. 122).

Segundo Amaral Junior (2013) um indivíduo para ser considerado autônomo, ou uma pessoa que tem autonomia, deverá ter assegurado o direito de escolha em como conduzir a própria vida. Acredita-se que a perda de autonomia pelo sujeito idoso pode levá-lo à incapacidade de executar suas atividades cotidianas individualmente, ou em casos mais graves de viverem sozinhos nas próprias residências, fazendo-se necessária, a busca por auxílio para a execução de atividades consideradas básicas, como higienização, preparo de refeições, entre outras. Este auxílio parte na maioria das vezes dos filhos ou de demais familiares.

Verifica-se uma lacuna referente ao idoso dependente e ao cuidador familiar na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. O documento aponta a família como principal responsável pelo cuidado do idoso em relação ao atendimento de suas necessidades, porém não institui um sistema de apoio formal e adequado às mesmas, causando um cenário de indefinição de responsabilidades das instâncias públicas nesta área (NARDI *et al.*, 2012).

Segundo Nardi *et al.* (2012) para o cuidador familiar, a atividade de cuidar de um indivíduo idoso dependente, na grande maioria das vezes, soma-se a outras atividades cotidianas, causando sobrecarga nas esferas biológica, social e até mesmo na esfera espiritual. Dessa forma, constata-se a importância da criação de uma rede de apoio para auxiliá-los em suas necessidades diárias.

A motivação deste estudo se deu em responder aos seguintes questionamentos: Quais são as ideologias produzidas e reproduzidas no ambiente familiar, perpetuando a responsabilização da família para com o idoso? Como a família e o idoso negociam cotidianamente práticas, valores e normas no espaço doméstico? e, Quais são as instituições que atravessam a instituição família e o

papel destas no cotidiano familiar. Para responder tais interpelações, realizou-se uma breve contextualização sobre as mudanças ocorridas na família, no que se refere à estrutura, além de contextualizar algumas questões relacionadas ao envelhecimento no Brasil.

Acredita-se que este artigo contribuirá para a construção de conhecimento sobre a temática envelhecimento, bem como difundir a possibilidade do uso do aporte teórico da Análise Institucional para o estudo das mesmas.

1. Análise institucional: uma breve contextualização de suas bases conceituais e ferramentas

A Análise Institucional (AI) considerada um movimento, teve sua origem na França, na década de 60 com Georges Lapassade e René Lourau, fundadores e principais expoentes da AI, apesar de a denominação ter sido criada por F. Guattari (GUIRADO, 2004). Sua materialização no espaço acadêmico se deu a partir da década de 70, por meio de trabalhos de um grupo de pós-graduandos da Universidade de Paris VIII coordenados por Lapassade e Lourau (FELICIO e BENELLI, 2014). No Brasil a Análise Institucional teve início em 1972 pela visita de Lapassade ao setor de psicologia social da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Todavia foi em 1890 que o Movimento Institucional se estendeu a nível mundial por diferentes países da Europa e da América Latina (ROSSI e PASSOS, 2014).

Para Guirado (2004) a proposta da Análise Institucional é considerada por Georges Lapassade como a maneira de decifrar as relações que os indivíduos e grupos mantêm com as instituições. Com base na dialética hegeliana, a articulação no universo institucional se dá em três grandes planos: a universalidade, que diz respeito às ideologias e normas institucionais; a particularidade, que indica a relação entre indivíduos e grupos e a singularidade, que se refere à organização material (FELICIO e BENELLI, 2014). Segundo os autores é na particularidade e na singularidade que está

localizado o campo em que ocorrem os processos autogestionários e autoanalíticos.

Para Pereira (2000) os processos de auto-análise e de autogestão são a “alma” e o “coração” da Análise Institucional. Ambos são processos que visam contribuir para que os indivíduos e as comunidades tenham confiança nos próprios julgamentos e reconstruam o poder de gerenciar a própria vida nos seus mais variados aspectos. Acredita-se que por meio destes processos os sujeitos mantenham a autonomia, podendo exercer o papel de verdadeiros cidadãos. No que se refere ao estudo, a auto-análise e a autogestão podem proporcionar na instituição família, meios para avaliação de questões diversas do cotidiano, além de levantar aspectos da atuação desta no que diz respeito aos âmbitos dos três grupos da realidade social da AI.

A Análise Institucional considera a realidade social como ocorrendo em três níveis: o do grupo, o da organização e o da instituição. O grupo é considerado a base da vida cotidiana. Possui a marca da instituição nos horários, nos sistemas de controle, nos estatutos e papéis. Para Georges Lapassade, o objetivo do grupo é manter a ordem, organizar o aprendizado e a produção. A organização se constitui por meio das normas jurídicas fazendo uma espécie de ponte entre a sociedade civil e o Estado. É na organização que Lapassade afirma existir a burocracia, apontando uma estrutura formada por relações autoritárias. Por fim, o Estado, considerado a instituição propriamente dita, é entendido como um conjunto de leis que regem a conduta social e que criva as relações entre organização e grupo (GUIRADO, 2004).

A instituição é o conjunto do que está instituído. O termo instituição não se refere a uma construção material, mas, algo como o “[...] inconsciente em Freud (...) não localizável e (...) imediatamente problemático, ou seja, está presente nas ações aparentemente menos significativas e isso não nos é dado à consciência” (GUIRADO, 2004, p. 56). Já Barembliitt (2002) ressalta que as instituições são lógicas. Na opinião do autor, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização adotada, podem ser

leis, normas e, quando não estão expressas de maneira clara, podem ser hábitos ou regularizadoras de comportamentos.

No caso da reinstitucionalização do idoso na família, a instituição mais ampla é a “Família”, responsável por proporcionar aprendizagem de normas sociais na condução da interação dos indivíduos dentro de suas paredes institucionais, ou seja, dentro do âmbito doméstico. Sua principal característica é o fornecimento de uma espécie de manual de comportamento e pensamentos permitidos ou não aos membros (RAMOS e NASCIMENTO, 2008). Uma organização importante dentro desta instituição é a “Família Contemporânea”, representada por um de seus segmentos, a geração intermediária, com todos os estabelecimentos institucionais, que por sua vez são as estruturas propriamente físicas. As estruturas físicas em conjunto integram a organização da família contemporânea, ou seja, as residências das mesmas.

Outro conceito importante na Análise Institucional é o de equipamento. Os equipamentos são dispositivos técnicos, cuja intenção é facilitar a consecução dos objetivos específicos ou genéricos propostos pela instituição, organização e estabelecimento. O equipamento pode ter uma realidade material que coincide com o estabelecimento, como por exemplo, as máquinas ou pode ter uma realidade muito mais ampla, de maneira que forme um grande sistema de máquinas (BAREMBLITT, 2002).

Compreende-se que o movimento institucionalista é dinâmico e permeado por profundas transformações. Para se manter a vitalidade das instituições, é necessário que a dialética entre o instituinte e o instituído permaneçam constantemente permeáveis, fluidas e elásticas. O instituído é o efeito da atividade instituinte. O instituinte aparece como um processo, enquanto que o instituído aparece como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica. Já o instituído, uma característica estática e estabilizada (BAREMBLITT, 2002; FELICIO e BENELLI, 2014).

Dessa forma, entende-se que o instituído cumpre um papel histórico importante, onde é por meio das leis criadas, das normas constituídas ou dos hábitos e dos padrões que vigoram, são reguladas as atividades sociais, essenciais à vida da sociedade e a perpetuação

da instituição. O mesmo acontece a nível organizacional, na figura do organizante e do organizado, ao se caracterizar os movimentos no interior das organizações. O organizante volta-se para uma busca permanente de ações otimizadoras dentro das organizações. O organizado é voltado para as ações organizacionais. A burocracia é um exemplo de ação organizacional mais conhecida e praticada pela sociedade (BAREMBLITT, 2002).

Os instituintes e os instituídos, os organizantes e os organizados constituem uma malha, uma espécie de rede social. Estes não atuam separadamente, mas em conjunto. E por essa atividade em conjunto compreende-se que “cada um deles atua no outro, pelo outro, para o outro, desde o outro” (BAREMBLITT, 2002, p.33).

Ainda segundo Barembritt (2002) essa atividade em conjunto pode ser anunciada como uma fórmula pedagógica, como uma tentativa de enunciar o entrelaçamento, que seria a interpenetração existente entre os instituintes e os instituídos, os organizantes e os organizados. Para o autor, essa interpenetração acontece ao nível da função e ao nível do funcionamento; ao nível da produção e ao nível da reprodução; ao nível daquilo que funcionará a favor da utopia e ao nível daquilo que está contra. A interpenetração que ocorre ao nível da função, do conservador ou do reprodutivo, é entendida por atravessamento. Já a interpenetração ao nível do instituinte, do produtivo, do revolucionário, do criativo, é reconhecida como transversalidade.

Barembritt (2002) ressalta que os efeitos causados pela transversalidade, pela sua característica de busca constante por mudanças, caracterizam-se pela criação de dispositivos que não respeitam os limites das unidades organizacionais formalmente constituídas, gerando dessa forma, movimentos e montagens alternativas, marginais e até clandestinas às estruturas oficiais e consagradas pela instituição.

Em relação à concepção institucionalista da sociedade, Barembritt (op.cit.) afirma que:

[...] a sociedade é uma rede constituída pela interpenetração de forças e entidades reprodutivas e antiprodutivas cujas funções

estão a serviço da exploração, dominação e mistificação (atravessamento), assim como também está constituída pela interpenetração das forças e entidades que estão a serviço da cooperação, da liberdade, da plena informação, ou seja, da produção e da transformação afirmativa e ativa da realidade (transversalidade) (BAREMBLITT, 2002, p.34-35).

Fazem parte de toda instituição atravessamento e transversalidade, instituinte e instituído e, organizante e organizado. Estes fatores estão presentes, atuando de maneira simultânea, relacionando-se mutuamente dependência para existência de ambos. Para compreender como estes conceitos são dados nas instituições, será apresentada um estudo de caso. Todavia, é necessário contextualizar a instituição tomada como análise, além de apresentar algumas questões relacionadas ao envelhecimento no Brasil.

2. A instituição família e sua diversidade na contemporaneidade

Segundo Minuchin (1985, 1988 *apud* FACO e MELCHIORI, 2009) a família é considerada um complexo sistema de organização, detentora de crenças, valores e práticas ligadas de forma direta às transformações da sociedade, em busca de adaptar-se da melhor forma possível para alcance da sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. Compreende-se que o sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, onde ocorre uma influencia mútua.

De acordo com Cúnico e Arpini (2013) historicamente a família passou por três grandes fases: a tradicional, a moderna e a contemporânea ou pós-moderna. A família tradicional tinha por objetivo transmitir por meio de contratos de casamentos arranjados entre os pais dos noivos a transmissão do patrimônio familiar. Já a família moderna, também chamada de família nuclear e/ou família conjugal burguesa, foi marcada pela divisão das tarefas dentro do âmbito doméstico, onde cabia ao homem o papel de provedor, voltado para a esfera pública e à mulher a responsabilidade para com

o bem-estar da família, voltada para a vida privada. Em resumo essa família “como construção simbólica, refletia um modelo de relações afetivas, sexuais e hierárquicas, no qual a vida familiar e a sociedade como um todo deveria se basear” (SILVA, 2010 *apud* CÚNICO e ARPINI, 2013, p.31). Por fim, a família contemporânea ou pós-moderna, caracteriza-se pela multiplicidade de arranjos familiares complexos. Na família contemporânea o casamento passa a não ser considerado um pacto indissolúvel, mas um contrato consentido livremente entre ambas as partes, podendo ser dissolvido se assim o desejarem.

A família representa, sobretudo, o espaço de socialização, da busca coletiva de estratégias para sobrevivência. É considerada a primeira instituição com quem os indivíduos têm acesso e que servirá de base para o contato com outras instituições (RAMOS e NASCIMENTO, 2008). Apesar dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando, a família proporciona a aprendizagem de normas sociais para promoção da interação dos sujeitos dentro e fora do âmbito familiar, bem como um manual prático dos comportamentos e pensamentos permitidos ou não (STEWART e GLYNN, 1978 *apud* RAMOS e NASCIMENTO, 2008; FACO e MELCHIORI, 2009).

Segundo Oliveira (2009) apesar das transformações ocorridas na sociedade, a nova família conjugal, formada pelos seus segmentos diversificados, conserva traços típicos da família anterior - família patriarcal - como o controle da sexualidade feminina e preservação das relações de classe. Nesse contexto Lévi-Strauss (1956, p.309 *apud* OLIVEIRA, 2009) ressalta que “[...] a família baseada no casamento monogâmico era considerada instituição digna de louvor e carinho”. Esta ideia de fato ainda permanece em nosso meio, sendo produzida e reproduzida no seio familiar. Constata-se na literatura a existência de diversificados e inovados arranjos familiares, ou seja, novas formas de constituir-se família dentro de nossa sociedade, porém percebe-se que permanece ainda a forma de organização nuclear por meio do casamento monogâmico como o ideal esperado pela sociedade.

Para Mariano (2009) a família nuclear é entendida como produto da sociedade contemporânea, uma vez que, por meio da globalização e da procura persistente de realizações pessoais e profissionais houve uma restrição dessa família a pai, mãe e filhos. Entende-se que a não existência do modo produtivo e reprodutivo, entendido como o ideal, segundo o modelo de organização da família patriarcal, no que se refere ao número de filhos contribuíram para essa nova organização familiar.

Pode-se observar uma radical mudança ocorrida na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Os arranjos existentes no século XXI são diversificados, podendo variar em combinações de diversas naturezas, seja na composição ou também nas relações familiares estabelecidas. Em relação à composição, esta pode distinguir em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados, união de pessoas do mesmo sexo, união de pessoas com filhos de outros casamentos, mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente, pais sozinhos com seus filhos, avós com os netos, enfim, diversos formatos. Diante do exposto, encontramos diante de uma nova família, diferente do modelo nuclear (OLIVEIRA, 2009).

Embora seja encontrada uma diversidade expressiva nas denominações sobre o termo família, como “[...] família reestruturada, reconstituída, reorganizada, nova família, não há um conceito novo de família, pois embutidos na organização da família, existem várias possibilidades de novas configurações, não ficando exclusivamente em um único modelo (OLIVEIRA, 2009, p.70). Pressupõe-se que a percepção dos sujeitos sobre o que é família tem importante papel nessa questão.

Para Faco e Melchiori (2009) a concepção que as pessoas têm de seus próprios arranjos familiares é subjetiva e individual, baseia-se nos sentimentos, nas crenças e nos valores de cada um, permitindo teorizar e aprender os eventos da vida cotidiana a partir das informações que circulam por meio dela. Isto significa que o modelo nuclear de família composto por pai, mãe e seus filhos biológicos não é suficiente para compreender a nova realidade familiar que

incorpora, também, outras pessoas ligadas pela afinidade e pela rede de relações. Um indivíduo pode considerar como parte de sua família amigos, animais de estimação, bem como pessoas com quem mantêm relações de afetividade com ou sem ligação biológica.

De acordo com Moreira, Bedran e Carellos (2011) as relações familiares na atualidade pauta-se pela lógica do Direito, onde os pais são responsáveis do ponto de vista legal pelos seus filhos durante a infância e a adolescência, e, por sua vez, os filhos são responsáveis legais por amparar os seus pais na velhice. Dessa forma passa-se de uma sociabilidade familiar regida por normas para uma regida por leis, que caso descumprida, é passível de processos judiciais.

Percebe-se que a instituição família encontra-se em processo de ressignificação, onde mudanças relacionadas ao afeto e a cooperação entre os membros tem maior importância que o formato, independente de padrões pré-estabelecidos socialmente. O conceito de família por ser amplo, deve ser considerado segundo o contexto social na qual a entidade familiar está presente, afim de que se possa compreender sua estrutura e comportamento. A partir desta perspectiva o objetivo deste estudo é apresentar como se dá a negociação cotidiana de normas e valores entre o idoso e a família contemporânea, formada por uma unidade familiar multigeracional, em um de seus segmentos, a geração intermediária. A esse processo de imposição a normas e valores, a que o longo é exposto, chamamos de que reinstitucionalização.

3. O Envelhecimento Populacional no Brasil: algumas considerações

Segundo Matos (2014) o estatuto do idoso determina que todos os indivíduos com 60 anos de idade ou mais, são considerados idosos. Esse é o critério adotado para fins de censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizado também pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e pelas Políticas Sociais (PS) que focalizam o envelhecimento.

Está se tornando cada vez mais comum encontrarmos na literatura, estudos que abordem o aumento da expectativa de vida do brasileiro, sobretudo das mulheres. Observa-se em pesquisas científicas as constantes modificações ocorridas no formato da pirâmide etária da população. De acordo com Camarano *et al.* (1999) o aumento significativo dos idosos está relacionado com a ampliação da longevidade, ou seja, à redução da mortalidade e queda da fecundidade. Esta queda tem levado esse segmento, que passou a viver mais, a ter um peso maior no total da população.

Segundo Camarano, Kanso e Melo (2004) o envelhecimento populacional é considerado atualmente um fenômeno mundial. Para Campos, Borges e Silva (2015) o segmento de idosos é o grupo que mais cresce no Brasil. Com projeção de taxas de crescimento de mais de 4% ao ano no período de 2012 a 2022. A população com 60 anos ou mais de idade passa de 14,2 milhões, em 2000, para 19,6 milhões, em 2010, devendo atingir 41,5 milhões, em 2030, e 73,5 milhões, em 2060. Estima-se, um aumento médio de mais de 1,0 milhão de idosos anualmente, para os próximos 10 anos. Já o número de idosos acima dos 80 anos poderá quadruplicar, sendo capaz de alcançar a média de 2 milhões em 2050 (ONU, 2016). Os avanços da medicina e da tecnologia, segundo Camarano, Kanso e Mello (2004) são os fatores de maior impacto no aumento da sobrevida desses indivíduos.

O envelhecimento se caracteriza como um processo heterogêneo, ou seja, acomete cada indivíduo de forma particular, diante disso torna-se impossível aprofunda-se em uma definição única que abarque o que acontece com o sujeito que atinge a idade para ser considerado idoso. Todavia é importante evidenciar e problematizar questões relacionadas ao cuidado para com os idosos, principalmente daqueles incapacitados de o fazerem sozinhos.

4. Uma análise das ferramentas da Análise Institucional na reinstitucionalização de uma idosa em uma unidade familiar contemporânea

A instituição que serviu de base para compreender as ferramentas do aporte teórico da Análise Institucional proposta por Gregório Franklin Baremlitt (2002) foi a instituição família. Este estudo optou por analisar o processo de reinstitucionalização do idoso na instituição família, resultado de incorporação de valores e normas. O interesse em desenvolver este estudo envolvendo o indivíduo idoso, se de pela constatação observada na literatura de crescentes projeções relatando o aumento do número de idosos no Brasil, além de ser considerado como direito do idoso de acordo com a Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003, ser amparado pelos seus familiares. Dessa forma pretendeu-se observar como é a realidade de uma família em relação aos cuidados para com seu idoso, bem como as relações estabelecidas entre seus membros.

Ao se estudar família, torna-se importante serem levados em consideração os fatores socioeconômicos e culturais em que a mesma se encontra, uma vez que, existe uma série de características que a diferencia entre as demais. A família tomada para análise é considerada como pertencente à classe média. O público referente a esta parcela da população possui um rendimento mensal de até R\$ 4.807 (SOUZA e LAMOUNIER, 2010 *apud* SILVA e GONÇALVES, 2012). Ambos os membros são pertencentes à religião católica. Fazem parte do núcleo familiar uma mulher idosa de 89 anos, aposentada, viúva; sua filha, também viúva, de 56 anos, costureira - considerada pelos demais membros a chefe da família - e seu neto de 24 anos, recepcionista em uma empresa da cidade. A identidade da família foi preservada para que se possa evitar quaisquer constrangimentos futuros.

Por meio de visitas na residência da família localizada em um bairro periférico do município de Viçosa-MG, foram realizadas observações, a fim de compreender como é o cotidiano de uma família responsável pelo cuidado com um indivíduo idoso. As visitas

aconteceram durante os meses de Setembro e Novembro do ano de 2016. Procurou-se alternar os horários das observações para captar de forma satisfatória os acontecimentos do cotidiano familiar.

Cabe ressaltar que a permanência da idosa na unidade familiar analisada se deu pela dissolução de sua família de origem, por adoecimento de seu cônjuge, que veio a falecer. Tendo os filhos já constituído matrimônio e deixando o lar, a idosa necessitou se reintegrar à família dos filhos casados. Dessa forma, a idosa se reinstitucionalizou ao ser submetida a uma dinâmica familiar diferente da sua. Em outras palavras, a reintegração da idosa em um núcleo familiar se configura como um processo de estabelecimento de normas instituídas, bem como a adaptação e reorganização da vida cotidiana dos membros da família. Tendo por base o aporte teórico de Baremlitt (2002) a reinstitucionalização é resultado do processo que ocorre entre instituinte e instituído.

Para obtenção dos dados apresentados neste artigo, utilizou-se alguns analisadores, a fim de colocar no plano das ideias questões até então não percebidas por meio da observação. O analisador evidencia acontecimentos até então dispersos, ou seja, àquilo que permite revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar (BASTOS e BIFANO, 2016). São classificados em artificiais e naturais. Os analisadores artificiais, ou seja, aqueles formulados pelo pesquisador foram: condições das relações, relações com os outros, linguagens, estrutura material e imagem. Força opressora simbólica, imposição de regras e discurso, foram os analisadores naturais, que são aqueles observados no local de análise durante o período de realização do estudo.

No estabelecimento, neste caso a residência da família, foi possível observar a disposição física e a presença de equipamentos, conforme Baremlitt (2002), os dispositivos técnicos, cuja intenção é facilitar a consecução dos objetivos específicos ou genéricos propostos pela instituição, organização e estabelecimento. Em relação à disposição física da residência, a família a considera como adequada para moradia, apesar de as alterações que necessitam serem feitas para melhor atender as necessidades da idosa que se encontrava enferma no período de realização deste estudo. Sobre os

equipamentos disponíveis na residência, os membros da família reconhecem a importância dos mesmos para realização de suas atividades cotidianas.

Constatou-se na literatura brasileira uma escassez de estudos que abordem a reinstitucionalização de idosos no ambiente doméstico, tornando-se importante o desenvolvimento de mais estudos que abordem questões relacionadas à temática.

5. Desenho da Rede Institucional em que a Família Observada está Imersa

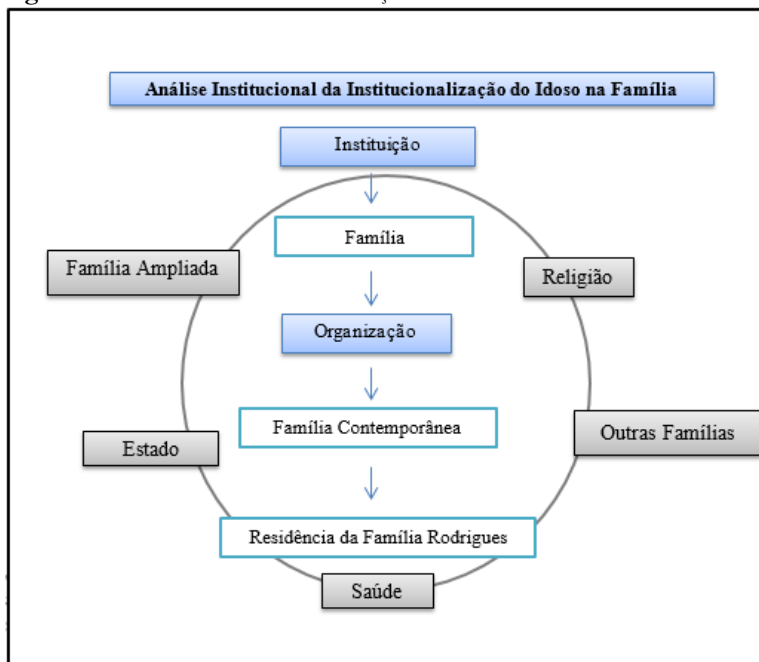
Para compreensão de algumas questões que permeiam o processo de reinstitucionalização da longeva no ambiente familiar, desenhou-se os conceitos no que se refere às ferramentas da Análise Institucional, tendo por base o ponto de vista de Baremlitt (2002) e na reinterpretação do estudo de Bastos e Bifano (2016).

A instituição no caso da reinstitucionalização do idoso, em um entendimento mais amplo seria a “Família”, família organizada sob o modelo de produção e reprodução de valores e normas sociais. Já a organização em uma esfera mais importante, seria a “Família Contemporânea”, constituída pelos mais variados arranjos familiares e seus estabelecimentos, representados pelas residências destas. O estabelecimento em questão seria a residência de uma família contemporânea, que é representada neste estudo pela “Residência da Família Rodrigues”. Os equipamentos seriam os produtos e instalações representados pelas tecnologias (tecnologias domésticas, tecnologias de informação e comunicação, tecnologias em saúde, tecnologias sociais, entre outras) que auxiliam a instituição e organização nos objetivos propostos na execução e elaboração de regras, regimentos e procedimentos nas atividades diárias da vida cotidiana.

Compreende-se que todos estes conceitos estão envolvidos nas práticas dos agentes, ou seja, as pessoas que fazem parte da instituição. Com base nestas definições construiu-se um esquema

para melhor compreensão dos atravessadores da instituição família, no que se refere à família contemporânea.

Figura 1- Análise da Institucionalização do Idoso na Família.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bastos e Bifano (2016).

O esquema apresentado acima foi construído com base nas observações e conversas com os membros da família. É possível observar quais são as instituições que atravessam a instituição família, bem como compreender como estas são importantes no suporte à família observada. Família Ampliada⁷ representa os demais familiares da Família Rodrigues. A família ampliada que dá suporte às necessidades da idosa é composta por duas filhas, um genro e três

⁷ De acordo com Brasil (2009) “[...] Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos [...] e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

netos. De acordo com a idosa, essas pessoas são essenciais para auxiliar sua filha cuidadora no que se refere ao atendimento de suas demandas.

O Estado, considerado a instituição máxima (GUIRADO, 2004), representa o sistema previdenciário, que concede uma aposentadoria⁸ à idosa. A Saúde⁹ por sua vez, representa os hospitais e seus profissionais (médicos, fisioterapeuta, enfermeira, etc.) que atendem a família por ocasião de doença ou de acompanhamento dos membros. A Religião¹⁰ é representada pela igreja – católica – que a família frequenta. A igreja é considerada, principalmente pelas mulheres da família, como uma espécie de “base” que as sustentam emocionalmente. Por fim, Outras Famílias representam os amigos, principalmente aqueles ligados afetivamente à filha com quem a idosa reside. Estes são requisitados em ocasiões de doença da idosa e são considerados por ela como “parte da família”. Essa afirmação corrobora com Faco e Melchior (2009), quando ressaltam que um indivíduo pode considerar como parte de sua família amigos, bem como pessoas com quem mantém relações de afetividade com ou sem ligação biológica.

A rede institucional observada se mostrou como sendo dinâmica e permeada por profundas transformações, que dão vida a instituição, ou seja, são as relações estabelecidas pelos agentes dentro de seus limites de atuação. Os membros da família Rodrigues são entendidos como aqueles que vivem o processo instituinte, buscando novas formas de se organizarem, a fim de manterem a sobrevivência da família frente as dificuldades cotidianas. São também instituídos à medida que produzem e reproduzem padrões de comportamentos, valores e normas a serem seguidas, o que corrobora com a afirmação de Felicio e Benelli (2014) sobre o papel dos instituintes e instituídos para a manutenção da saúde da instituição. Para os autores o instituído, caracteriza-se como parâmetro de permanência. Já o

⁸ Aposentadoria é o termo utilizado para se referir ao benefício de direito do trabalhador (BRASIL, 2017). Esta é direcionada aos custeios voltados para manutenção da saúde da mesma.

⁹ Por saúde, entende-se a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), que a define não apenas como ausência de doença, mas como a situação de bem-estar físico, mental e social (SEGRE e FERRAZ, 1997).

¹⁰ Segundo Silva (2004) é definida como um sistema comum de crenças e práticas relativas ao sagrado.

instituinte é considerado como indicador de movimento e de transformação constante da sociedade, sempre um busca de novas transformações sociais. Assim sendo, não existe certo ou errado ao se pensar nas relações entre instituinte e instituídos. Conforme Baremblytt (2002) ressalta, ambos constituem uma malha que não atua separadamente, mas em conjunto. E por essa atividade em conjunto compreende-se que cada um deles atua no outro, pelo outro, para o outro, desde o outro. É essa malha que organiza as relações institucionais na sociedade como um todo.

Neste sentido a família tem como instituído as regras e normas sociais que são produzidas e reproduzidas no âmbito doméstico, e que equivalem ao comportamento esperado fora das paredes institucionais, ou seja, na sociedade. Cabe ressaltar que a família observada é guiada por princípios e normas impostas por outras instituições. Neste estudo, percebeu-se nas falas dos membros, a religião e o Estado como os principais atravessadores da Família. Dessa forma, entende-se que as organizações são submetidas às subjetividades dominantes do instituído, ou seja, pelas ações dirigidas por terceiros, no caso deste estudo, o Estado, e a religião. Detectou-se outras instituições que atravessam a instituição família, como a educação, a saúde - já mencionada neste estudo -, porém não foi percebida a atuação das mesmas de forma significativa como o Estado e a Religião. Os estabelecimentos dessas organizações são os representantes e responsáveis para que sejam cumpridas as normas por meio de suas ações e comportamentos perante a sociedade. Compreende-se a importância das ações advindas das organizações e estabelecimentos para a perpetuação das normas e valores fixados pela instituição maior, que é a Família. Embora a família contemporânea seja marcada por diversificados arranjos, é possível perceber a presença de valores e normas a serem seguidos, propagados pelos atravessadores da mesma.

Observou-se a institucionalização de regras principalmente dirigidas à idosa, que as “obedecia”, porém, manifestava desagrado por meio de gestos. A idosa tinha definidos os horários das refeições, da higienização pessoal e do descanso. Os gestos manifestados pela longeva traduz a manifestação negativa pelas regras para com sua

filha, todavia representa a posição de instituída quando as obedece. Percebe-se nesse movimento de imposição e aparente aceite das mesmas, a relação dialética hegeliana entre tese, antítese e síntese.

Conforme foi discutido anteriormente a família é considerada um espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias para sobrevivência. O espaço doméstico é permeado de simbolismo e afetividade. No estabelecimento analisado, contatou-se a importância da idosa na família como um todo, sendo esta considerada como elemento de união entre seus familiares. É a idosa quem reúne toda a família para comemorações voltadas para a família e, segundo seus familiares é por ela que fazem sacrifícios sem medir esforços. Porém, a idosa se sente um “peso” para sua família, principalmente em relação à filha com quem reside, uma vez que devido a suas limitações necessita de cuidados diários. O cotidiano familiar observado é muito rico em subjetividades e sentimentos em alguns momentos pelos membros da família observada, necessitando de um olhar sempre atento ao novo e inesperado. Ser instituído carrega o peso e as consequências de atender à regra: “filho cuida da mãe”. Existe uma relação de dependência, mas também de um certo aprisionamento da filha.

Pode-se constatar a mobilização que é feita pelos atravessadores da família quando a idosa necessita de cuidados médicos ou até mesmo atendimento a necessidades básicas dentro do espaço doméstico. Por meio de observações foi possível observar a preocupação da família em apresentar uma boa imagem para a comunidade onde residem, sendo percebido fortemente o discurso religioso da moral e dos bons costumes, principalmente por parte das mulheres da família. Contudo, percebeu-se um conflito interno, que até então não era claro num primeiro olhar, no que se refere a responsabilidades dos demais filhos no cuidado para com a mãe. Em conversas informais, compreendeu-se a falta de diálogo entre as demais familiares da idosa e a existência de algumas divergências devido a uma filha não se envolver nos cuidados com a mãe, sobrecarregando as demais. A idosa percebe esse conflito, mas não se envolve, pois acredita que provocará desentendimento entre suas filhas.

Fato curioso observado foi o cuidado e atenção vindo de pessoas de fora da família, principalmente por um dos genros da idosa, que segundo ela, trata-a melhor que as próprias filhas. Percebe-se assim o papel que cada instituição representa no bem-estar e no sentir-se amparada em uma família.

Por mais que pareça simples a tarefa de cuidar de um idoso, esta pesquisa mostrou o contrário. São muitas as dificuldades vivenciadas cotidianamente, ainda mais quando não existe uma estrutura formalmente organizada desenvolvida pelo Estado para auxiliar nesta tarefa. A maneira que a família analisada encontrou para o atendimento de suas necessidades foi a formação de redes de apoio.

Considerações Finais

A Análise institucional se constituiu como uma importante ferramenta para compreender como se dá a reinstitucionalização de um idoso em uma família contemporânea, bem como as dificuldades cotidianas vivenciadas. Foi possível observar a presença de outras instituições que atravessam a instituição analisada e a sua função de proporcionar suporte à família no atendimento ao sujeito idoso. Todavia, contatou-se que estas instituições reproduzem por meio do discurso a responsabilização da família pelo cuidado com o idoso. A instituição família por sua vez mostrou-se como produtora e reprodutora das regras e valores aprendidos no âmbito familiar que são difundidas pelas demais instituições com quem mantém contato. Os fatores socioeconômicos e culturais contribuíram de forma significativa para compreender a realidade da família observada e entender a importância da formação da rede de apoio observada na família Rodrigues. Apesar de não ser o foco desse trabalho discutir a questão do gênero, este se mostrou como presente em diversos momentos das observações, seja no discurso ou nas pequenas ações cotidianas.

Por meio dos conceitos propostos por Gregório Franklin Barembliitt foi possível compreender como se dá as relações institucionais na sociedade contemporânea, e como as instituições

agem para se manterem saudáveis e vivas, do ponto de vista da Análise Institucional.

Por meio dos analisadores artificiais - condições das relações, relações com os outros, linguagens, estrutura material e imagem- e, também dos analisadores naturais - força opressora simbólica, imposição de regras e discurso -, foi possível trazer ao plano das ideias questões a princípio não perceptíveis pela própria família e também pelas autoras. Os analisadores permitiram compreender como valores, normas e práticas são negociadas cotidianamente pela família; a questão da autonomia da idosa no que se refere à tomada de decisões referentes a atividades básicas do cotidiano e manejo da aposentadoria. Foi possível entender o discurso religioso como forma de reproduzir a responsabilização dos filhos como cuidadores dos pais idosos e a importância que se faz a presença de políticas públicas que os auxiliem nesta tarefa.

A realização da observação em campo dos conceitos aprendidos por meio da revisão de leitura foi imprescindível para compreender como as instituições se constituem, bem como as dinâmicas estabelecidas pelos sujeitos instituídos e instituintes.

A reinstitucionalização de um idoso no âmbito familiar é resultado das intensas transformações que vem ocorrendo na constituição da família ao longo do tempo. A diversidade de arranjos encontrados em nossa sociedade, de certa forma coloca em questão qual o papel da família na responsabilização para com seus membros. Todavia essa diversidade existente acaba por tornar difícil a conceituação de família. Entende-se a importância de mais estudos que retratem a nova realidade das famílias contemporâneas e como estas se organizam para oferecer auxílio aos seus idosos, visto o número expressivo de pesquisas mostrando o aumento significativo da população idosa no Brasil e no mundo.

Acredita-se que não se esgota aqui toda a discussão sobre a temática e que existem muitos caminhos a percorrer para compreender a reinstitucionalização de idosos dentro do seio da própria família. Porém, compreende-se que este trabalho servirá de base para futuros pesquisadores a se aprofundarem nas questões apresentadas. Considera-se a temática apresentada como um terreno

fértil para o desenvolvimento de futuras pesquisas, uma vez que os estudos sobre o tema encontram-se insipientes.

Referências Bibliográficas

AMARAL JUNIOR, J. C. do. **Estudo da interação idoso e tecnologia no universo doméstico e sua relação com a autonomia**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 2002, 5 ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2).

BARROS, M. M. L. de. Três gerações femininas em famílias de camadas médias: trajetórias de vida e o projeto de autonomização. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

BASTOS, R. C.; BIFANO, A. C. S. Análise institucional do trabalho familiar no contexto da agricultura e suas inferências em relação às políticas públicas. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**. v. 12, n. 22, p.46-59, mai 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio

de 1943; e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Previdência Social. **Benefícios do INSS**. 2016. Disponível em:< <http://www.previdencia.gov.br/servicos-aocidadao/beneficios-do-inss/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. C. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para sociedade nas próximas décadas. In: ERVATI, L. R; BORGES, G. M; JARDIM, A, P. (Org). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. IBGE, Rio de Janeiro, 2015, p. 138-151.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I.; PASCOM, A. R. P.; MEDEIROS, M.; CARNEIRO, I. G.; GOLDANI, A. M.; VASCONCELOS, A. M. N.; CHAGAS, A. M. R.; OSÓRIO, R. G. **Como vai o idoso brasileiro?**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. e. Como vive o idoso brasileiro. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60. - Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25- 59.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. 2013. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 28- 40.

FACO, V. M. G.; MELCHIORI, L. E. Conceito de família: adolescentes de zona rural e urbana. In: VALLE, T. G. M., (Org.). **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: avaliações e intervenções [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.p. 121-135.

FELICIO, R. G.; BENELLI, S. J. A análise Institucional como Ferramenta para a Atuação no Campo do Trabalho Cooperado na Economia Solidária. 2014. **Revista Diálogo**, n. 27, p. 25-37.

FONTENELLE, L. **As 10 principais doenças dos idosos no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://leonardof.med.br/2010/10/06/as-10-principais-doencas-dos-idosos-no-brasil/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

GUÉRIN, F; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher: Fundação Vanzolini, 2001.

GUIRADO, M. A análise institucional de Georges Lapassade. In: GUIRADO, M. **Psicologia Institucional**/ Marlene Guirado,- 2 ed. Rev. e ampl.- São Paulo: EPU, 2004. p. 51-82.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, A. B. P. **As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares**. 2009. Disponível em:< <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/ana-beatriz-parana-mariano.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2016.

MATOS, C. L. A. A Juvenilização do idoso na cultura de consumo: construção de identidades e culto ao corpo. **18º REDOR**, Universidade Federal de Pernambuco, Recife- PE, 2014.

MOREIRA, M. I. C.; BEDRAN, P. M.; CARELLOS, S. M. S. D. A família contemporânea em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. 2011. **Psicologia em Revista**, v. 17, n. 1, p. 161-180.

MOTTA, A. B. A família multigeracional e seus personagens. 2010. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 111, p. 435-458.

NARDI, E. de F. R.; SANTOS, L. M. R. dos; OLIVEIRA, M. L. F. de; SAWADA, N. O. Dificuldades dos cuidadores familiares no cuidar de um idoso dependente no domicílio. **Ciência, Cuidado e Saúde**. 2012, v. 11, n.1, p.98-105.

OLIVEIRA, N. H. D. Família contemporânea. In: OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. Editora UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 65- 107.

ONU. **A ONU e as pessoas idosas**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>>. Acesso em: 04 nov. 2016

PEREIRA, W. R. Algumas contribuições da análise institucional para estudar as relações entre os serviços públicos de saúde e a sua clientela. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2000, v. 53, n.1, p. 31-38.

RAMOS, D. M. do; NASCIMENTO, V. G. do. A Família como instituição moderna. **Fractal: Revista de Psicologia**. 2008, v. 20, n.2, p. 461-472.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, 2014, v. 5, n. 1, p. 156-181.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, Out. 1997, p. 538-542.

SILVA, A. de O.; Gonçalves, P. Protagonistas sociais: uma reflexão sobre a nova classe média e o palco midiático. **Revista Augustus**, v. 17, n.º 34, p.64-74.

SILVA, E. M. da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, 2004, p. 1-14.

Recebido em 20/01/2017 e
aceito em 11/04/2017.

Resumo: *A Análise Institucional (AI) e seus operadores fundamentais é frequentemente utilizada como aporte teórico em estudos que visam analisar as instituições sociais no Brasil. Este artigo teve por objetivo compreender por meio das ferramentas da AI, a reinstitucionalização do idoso em uma família multigeracional contemporânea, representada por um de seu segmento, a família intermediária. Realizou-se um acompanhamento em uma unidade familiar por meio de observação das atividades cotidianas, a fim de entender como a família e o idoso negociam cotidianamente valores, normas e práticas no âmbito doméstico, bem como o papel de cada membro neste espaço dinâmico. O uso das ferramentas da Análise Institucional se constituiu como um importante método, uma vez que permitiu trazer ao plano das ideias questões a princípio não perceptíveis. Foi possível traçar a rede institucional em que a família está imersa e identificar como estas instituições que a atravessam atendem suas necessidades cotidianamente.*

Palavras-chave: *Análise Institucional; Família; Idoso; Redes Institucionais.*

Title: *The institutional analysis as an instrument to understand the institutionalization of the elderly in a contemporary family: a case study*

Abstract: *The Institutional Analysis (AI) and its fundamental operators is often used as a theoretical contribution in studies aimed at analyzing social institutions in Brazil. This article aimed to understand through the tools of AI, the reinstitutionalization of the elderly in a contemporary multigenerational family, represented by one of its segment, the intermediate family. A family unit was monitored by observing daily activities in order to understand how the family and the elderly negotiate daily values, norms and practices in the domestic sphere, as well as the role of each member in this dynamic space. The use of the tools of Institutional Analysis was an important method, since it allowed to bring to the plane of ideas questions at first not perceptible. It was possible to trace the institutional network in which the family is immersed and to identify how these institutions that cross it meet their needs on a daily basis.*

Keywords: *Institutional Analysis; Family; Elderly; Institutional Networks.*
